

Revolta Social e Estabilidade Política

Evo Morales, o conflito do TIPNIS e as dificuldades de articular uma nação

Clayton M. Cunha Filho

A repressão policial aos indígenas acampados em Yucumo no último dia 25 de setembro, apesar de não ter sido particularmente violenta se comparada à história recente do país¹, chamou a atenção mundial por colocar um “governo indígena” e tido por defensor da Mãe Terra em confronto com índios em protesto contra a construção de uma estrada em um parque nacional.

O conflito gira em torno da construção da estrada que ligará o município de Villa Tunari, em Cochabamba, a San Ignacio de Moxos, no Beni, e cujo projeto prevê atravessar o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS), primeiro Território Comunitário de Origem demarcado no país após a histórica marcha dos indígenas do Oriente boliviano a La Paz em 1990. A área em questão é extremamente rica em biodiversidade

¹ Embora o relato inicial da cobertura midiática, no dia do conflito, tenha dado conta de mortos e desaparecidos pela repressão, o fato foi posteriormente negado e todos os desaparecidos foram localizados. Não é necessário sequer comparar o evento à Guerra do Gás, de 2003, com seus mais de sessenta mortos pela repressão estatal: mesmo outros conflitos durante o próprio governo Morales, como os bloqueios de Caranavi em maio de 2010, por exemplo, deixaram maior saldo de violência pela repressão estatal. Ver: Banco de Eventos OPSA, Bolívia, 09/05/2010.

e se encontra em zona de fronteira agrícola, com constante pressão de camponeses da área fronteira e ocupação ilegal de terras no TIPNIS por parte de colonos, o que os indígenas da região temem que possa ser facilitada e se intensifique com a construção da estrada.

Desde pelo menos 2010 os indígenas locais vinham pedindo, através da Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB), atenção às suas demandas por parte do governo, entre as quais o combate às ocupações ilegais no parque e a discussão acerca da realização de consulta prévia à construção da estrada, mas sem muito resultado. Isto motivou a CIDOB a organizar, como forma de protesto, nova marcha a La Paz como a que conseguira a demarcação do território vinte e um anos antes, partindo de Trinidad, Beni, em 15 de agosto.

O governo, no entanto, em vez de buscar o diálogo preferiu o caminho de exaltar as virtudes da estrada proposta e questionar a legitimidade dos protestos e os supostos interesses por trás dos mesmos. As lideranças indígenas foram acusadas sucessivamente pelo próprio Morales e por ministros de governo de estarem a serviço das oligarquias bolivianas ou sendo financiados por ONGs ou por recursos dos EUA através de seu braço de cooperação

internacional USAID. Somente após já iniciada a marcha e após vários ataques iniciais a sua legitimidade é que o governo começou a propor o envio de ministros à marcha com o fim de negociar, mas então já era tarde. A marcha radicalizara-se e seus objetivos evoluíram da exigência da realização da consulta prévia ao rechaço completo de qualquer possibilidade de construir a estrada através do parque, agregado a mais 15 demandas com graus variáveis de relação com o motivo original: da garantia da realização de consulta prévia em futuros projetos e evicção de colonos ilegais no interior das terras indígenas ao direito a negociar créditos de carbono internacionais pela preservação do parque e a paralisação completa de todas as atividades hidrocarboníferas no Parque Nacional Agüaragüe².

Ao mesmo tempo, organizações camponesas e sindicais começaram a se mobilizar a favor da construção da estrada e contra a marcha, chegando a organizar um bloqueio em Yucumo, Beni, que ameaçava chegar ao confronto físico para impedir a passagem dos indígenas se a marcha insistisse em prosseguir. Enquanto isso, pelo menos quatro tentativas de

negociação entre ministros do governo e os manifestantes foram tentadas entre o dia 25 de agosto e o dia anterior à repressão: a primeira fracassou antes mesmo de começar pela recusa dos indígenas em negociar sem a presença de pelo menos dez ministros, as duas seguintes pela intransigência dos manifestantes em aceitar qualquer acordo que não o cancelamento da estrada e a recusa do governo em suspender o projeto e a última com o seqüestro por algumas horas, por parte dos marchistas, do chanceler David Choquehuanca, utilizado como escudo humano para avançar além do bloqueio camponês.

Se a repressão do dia seguinte evitou um confronto potencialmente mais violento e sangrento entre os indígenas e os camponeses, ficará para sempre no campo do contrafactual. Mas o inegável é que se revelou um pesado erro político por parte do governo do qual Evo tenta agora se desvincular. O presidente nega ter dado a ordem direta para a repressão, pediu desculpas e o governo promete agora uma investigação imparcial dos fatos e culpou ao agora ex-vice-ministro de Regime Interior, Marcos Farfán. A culpa, no entanto, respingou também no ministro de Governo, Sacha Llorenti, que renunciou para, segundo ele, preservar o governo e provocou também a renúncia da ministra da

² Localizado em Tarija a mais de 900km do TIPNIS, o Parque Nacional Agüaragüe foi demarcado no ano 2000 quando já se desenvolviam no seu interior atividades hidrocarboníferas. Hoje, cerca de 90% da exportação boliviana de gás passa por seu interior, o que dá uma mostra da inexequibilidade da demanda.

Defesa, Cecilia Chacón, no dia mesmo da repressão policial.

As suas conseqüências, no entanto, vão muito além do rearranjo ministerial e têm a ver, potencialmente, com o próprio rearranjo na base social de apoio do governo. As análises veiculadas na mídia, aqui e alhures, com notáveis exceções³, têm abordado o conflito de uma forma hipersimplificada quando se trata, na verdade, de tema por demais complexo. Análises que apresentam o conflito como a capitulação da agenda de esquerda do governo frente ao imperialismo do capital brasileiro em expansão, como a ruptura de Morales com o indigenismo e a proteção à natureza ou como uma contraposição entre os aimarás e quéchuas do Altiplano ocidental contra os indígenas das planícies orientais contam, no máximo, uma meia-verdade.

Quando se diz, por exemplo, que os índios do altiplano se contrapuseram aos índios do TIPNIS, trata-se de meia-verdade porque, de fato, Morales tem nos aimarás e quéchuas

altiplânicos sua principal base de apoio, mas tal não poderia ser diferente já que estes representam quase 60% da população étnica boliviana⁴. Mas a parte de meia-mentira no argumento é que os modos de organização política no país são muito mais complexos que a mera divisão binária entre índio/não-índio. É fato que desde o fim dos anos 70, impulsionado pelo movimento aimará conhecido como Katarismo, houve na Bolívia um resgate das identidades indígenas que atingiu seu auge nos anos 1990/2000, mas nem todos de "origem étnica" indígena se organizam enquanto "movimento indígena", embora mesmo os que não o façam diretamente se utilizem também frouxamente da identidade.

No Altiplano, há o "movimento indígena" organizado em torno do Conselho Nacional de Marqas e Ayllus do Qollasuyo (CONAMAQ), mas este apoiou integralmente a marcha do TIPNIS, inclusive enviando militantes e lideranças para marchar e engrossar suas filas e recebeu a mesma repressão policial dos indígenas orientais apesar de, de fato, integrar a base de apoio de Morales⁵. E há os

³ Ver, por exemplo, os artigos de José de Souza Martins ("Evo não viu o Índio") no Estadão de 02/10/2011, de Carlos Malamud ("El indigenismo de Evo Morales") no Infolatam de 27/09/2011 e de Raúl Prada ("Una tiranía anti-indígena al servicio del gobierno de Brasil, del IIRSA y de las trasnacionales") em seu blog em 26/09/2011. Como exemplo das exceções de uma abordagem mais equilibrada, ver o artigo de Pablo Stefanoni ("Torpeza y distintos intereses") publicado no Clarín em 27/09/2011 e a matéria de Antônio Luiz M. C. Costa em Carta Capital nº666.

⁴ De acordo com o último Censo, realizado em 2001, quéchuas e aimarás representam 55,88% da população, enquanto outros grupos indígenas juntos chegam a 6,11% e não indígenas representam 38,03%.

⁵ Como na verdade, pelo menos até aqui, também a integre a própria CIDOB. Os desacordos em torno do TIPNIS e a repressão policial de 25/09 certamente afastam o organismo do governo, mas é ainda muito cedo

"camponeses indigenizados" organizados em torno de uma miríade de organizações camponesas que se congregam na Central Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), filha direta do Katarismo já citado e que em grande medida se colocou do lado do governo e a favor da construção da estrada no conflito.

Ao tratar da possível ruptura do governo com o indigenismo, as análises se aproximam um pouco mais da verdade. De maneira geral, há na história da Bolívia duas grandes tradições políticas de lutas populares contra/pelo controle do Estado: o Nacional-popular e o Indigenismo. A separação não é rígida, nem sempre é possível classificar definitivamente quem pertence a qual e houve em muitos momentos alianças e hibridações entre os dois, mas também traições, abandonos e brigas internas que, freqüentemente, significaram justamente o fim do "experimento" contestatório (ver, por exemplo, CUNHA FILHO, 2009; HYLTON e THOMSON, 2007). O mais notável do bloco histórico capitaneado por Morales até aqui vinha sendo a maneira como conseguia conjugar a memória política das duas tradições e mesclá-las quase em uma massa homogênea. A nova constituição, inclusive, ao falar dos direitos e

para decretar que terá provocado um rompimento definitivo entre ambos.

prerrogativas dos povos indígenas se refere sempre aos "Povos Camponeses Indígena-Originários", tentando assim cimentar de vez os laços entre as duas tradições, mas é nesse momento em que a Bolívia passou do momento da resistência negativa ao velho e se encontra no momento propositivo de criação do novo que surgem, como era de se esperar, as contradições e dificuldades. Indígenas e Camponeses, embora na Bolívia apenas pela aparência física e origem étnica sejam quase indiferenciáveis, nem sempre têm os mesmos interesses diretos, como também é o caso entre muitos outros integrantes da diversa base de apoio do presidente.

O que está em jogo hoje na Bolívia de Evo Morales é a articulação do Estado-nacional boliviano em bases efetivas, tarefa hercúlea e que inevitavelmente haverá de provocar reações diferentes em distintos lados na medida em que os atores em jogo têm visões distintas acerca da agenda implementada ou das prioridades a serem seguidas. Mas uma das pré-condições para o sucesso da Bolívia como país terá que passar pela dotação de uma infraestrutura vial minimamente capaz de conectar o país e integrá-lo como um todo. Tem-se ressaltado muito o papel do Brasil no financiamento dessa estrada e sua integração aos corredores bioceânicos

continentais, mas muito antes disso, ela é uma ligação do próprio país consigo mesmo. Hoje, o departamento do Beni só tem acesso ao resto do país a Oeste dando a volta através de Santa Cruz a Leste. Toda sua produção pecuária tem que passar por esse departamento antes de chegar a outros mercados, o que dá aos *cruceños* um imenso poder de atravessador. Convém lembrar que é em Santa Cruz que se localiza, precisamente, o núcleo da oposição de direita a Morales e a melhor integração de Beni com o resto do país ajudaria a quebrar os fortes laços que unem as oligarquias de ambos departamentos.

Como seria de se esperar, a oposição – completamente desnordeada desde fins de 2008 (ver CUNHA FILHO, 2008, 2010) – tem tentado se aproveitar do conflito para se cacifar politicamente, mas é difícil imaginá-la capaz de manter uma aliança mais duradoura com os indígenas que hoje aplaude. Muitos dos que saíram em primeira hora a defender a preservação do TIPNIS e o direito à autodeterminação dos indígenas locais estiveram entre os que mais fortemente se opuseram à concessão de autonomias indígenas durante os debates do novo texto constitucional. É certo que o dano à base social do governo foi feito e tem um potencial de afastar os elementos indigenistas do bloco nacional-popular. Mas há que

se ter mais cautela antes de decretar nesse momento qualquer final definitivo para o complexo rearranjo de forças e projetos hoje em curso na Bolívia que tenta com todas as dificuldades e tensões inerentes avançar na construção de um Estado efetivamente capaz de dar conta de toda a complexidade de sua nação.

Referências Bibliográficas

CUNHA FILHO, C. M. O ano da virada de Evo Morales? *Observador On-Line*, v.3, n. 12, 2008.

CUNHA FILHO, C. M. *Evo Morales e os Horizontes da Hegemonia: Nacional-Popular e Indigenismo na Bolívia em Perspectiva Comparada*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Iuperj, 2009.

CUNHA FILHO, C. M. O Novo Mapa Político Boliviano: uma interpretação a partir dos últimos resultados eleitorais. *Observador On-Line*, v.5, n.6, 2010.

HILTON, F; THOMSON, S. *Revolutionary Horizons: Past and Present in Bolivian Politics*. London/New York: Verso, 2007.

Outras fontes

Observatório Político Sul Americano. *Banco de eventos*. Disponível em: www.opsa.com.br